

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.268 - SP (2019/0302288-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : JOYCE BONIFACIO GONCALVES
ADVOGADO : JOYCE BONIFÁCIO GONÇALVES - SP324930
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID YOU SAN WANG (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **DAVID YOU SAN WANG**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a Juíza Coordenadora do Departamento Estadual das Execuções Criminais da 9ª Região Administrativa Judiciária (DEECRIM - 9ª RAJ) editou a Portaria n. 035/2019, referente à Saída Temporária do Dia das Crianças de 2019.

Alegando ser ilegal a exigência descrita na referida portaria, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que indeferiu o pleito liminar.

Neste *habeas corpus*, o impetrante reitera o pleito originário sustentando ser indevida a exigência de cumprimento de 1/6 da pena aos condenados à sanção com regime inicial semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão à saída temporária, sem a exigência de cumprimento de 1/6 da pena.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido, confira:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017)

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, além de o paciente, em princípio, não preencher os requisitos legais, o *habeas corpus* é via inadequada para aferir os elementos subjetivos para concessão da benesse, *in verbis*:

"Consigne-se não se verificar, de plano, situação capaz de delinear constrangimento ilegal flagrante (*fumus boni iuris*) condizente com a benesse alvitada, porquanto a própria lei de execução penal, em seu artigo 123, I, estipula prazo mínimo de um sexto (1/6) de cumprimento da pena para a concessão de saída temporária, lapso ainda não alcançado pelo paciente, que recentemente iniciou o cumprimento da pena em regime semiaberto, estando a restrição, ademais, arrimada em moderno precedente da Suprema Corte diante de caso análogo (HC nº. 160.531/SC).

Ademais, tem-se que o benefício não caracteriza direito subjetivo ou automático do paciente incluído em regime semiaberto (STF, HC 102773-RJ), por demandar a análise do merecimento do preso em face do regime com menor grau de vigilância estatal, algo de impossível aferição no estreito âmbito cognitivo do 'habeas corpus'.

Diante de tal quadro e uma vez que caberá ao Relator sorteado a análise de mérito do presente 'writ', processe-se o 'habeas corpus', solicitando-se informações da autoridade impetrada em 48 horas.

Com as informações, remetam-se os autos digitais à Procuradoria Geral de Justiça, enviando-se à conclusão do Relator em seguida" (e-STJ, fls. 15-16).

Assim, da leitura atenta das decisões impugnadas, não verifico, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator